

A ESCALA QUE NÃO MENTIA: MEMÓRIA, CONCEITO E NÚMERO NA EDUCAÇÃO DE ONTEM E DE HOJE

Ainor Francisco Lotério

O SILÊNCIO DA ESPERA

Havia um silêncio próprio na sala quando o professor entrava com os boletins debaixo do braço. Não era o silêncio do medo, era o silêncio da espera. Cada um sabia que ali, naquela folha de papel áspero, viria escrita à caneta uma palavra sobre si mesmo. Insuficiente, regular, satisfatório, bom, ótimo. Cinco palavras que atravessaram a infância de uma geração inteira e que, décadas depois, ainda ecoam com mais nitidez do que qualquer nota que tenhamos recebido na vida adulta.

A ESCALA QUE A MEMÓRIA GUARDOU

A equivalência que a memória conservou distribuía esses conceitos numa escala de 0 a 10 mais ou menos nesta ordem: insuficiente de 0 a 4,9; regular de 5,0 a 6,4; satisfatório de 6,5 a 7,9; bom de 8,0 a 8,9; ótimo de 9,0 a 10. Em escolas mais severas a régua subia: o regular ia até 6,9, o satisfatório até 8,4, o bom até 9,4, e o ótimo só começava em 9,5. Nessas casas o ótimo era quase inalcançável, e o bom valia como excelência verdadeira. A aprovação passava pelo regular, ou seja, pela nota 5,0, embora houvesse quem exigisse o satisfatório para deixar o aluno seguir adiante.

A FONTE QUE NUNCA EXISTIU

O que espanta, quando se vai atrás da origem dessa tabela, é descobrir que ela nunca existiu como norma. Não houve lei federal fixando essa correspondência. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 já dispunha que a apuração do rendimento escolar ficaria a cargo dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1961), e a Lei 5.692, de 1971, repetiu a delegação ao determinar que a verificação do rendimento escolar ficaria, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos (BRASIL, 1971). Quem fixava a escala era o regimento de cada escola, aprovado pelo respectivo Conselho de Educação. Duas escolas vizinhas podiam atribuir sentidos diferentes à mesma palavra, e atribuíam. A tabela que hoje reproduzimos com tanta segurança é reconstrução da memória coletiva, não documento. Descreve bem o que se praticava. Não prova nada sobre o que se determinava.

E há um detalhe naquela lei que inverte tudo. O legislador estabeleceu que, na avaliação do aproveitamento, expressa em notas ou menções, preponderariam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos (BRASIL, 1971, art. 14, § 1º). Num tempo marcado pelo tecnicismo, escreveu-se na norma exatamente o contrário do que a escola acabou fazendo. A lei preferia a palavra. A prática preferiu o número. E a palavra sobreviveu apenas como lembrança afetiva de quem foi menino naquele tempo. Saviani (2013) mostra como esse período consolidou a pedagogia tecnicista no Brasil, e a vitória do número sobre a menção é talvez o seu sinal mais silencioso.

A HONESTIDADE DO CONCEITO

Aqui está o ponto que me parece decisivo. O conceito não fingia exatidão. Quando o professor escrevia bom, ele emitia um juízo e sabia que emitia um juízo. Quando hoje se escreve 8,3, produz-se a ilusão de ter medido, com precisão de décimo, aquilo que não se mede com decimais. O número converte julgamento em aparência de aferição, e essa conversão é uma pequena mentira que a escola conta a si mesma a cada bimestre.

Luckesi define a avaliação como “um juízo de qualidade sobre dados relevantes tendo em vista uma tomada de decisões” (LUCKESI, 2011, p. 69), e é exatamente isso que o conceito assumia com franqueza. Ele se apresentava como juízo, não como medida. A palavra era mais modesta e por isso mesmo mais honesta. Ela admitia que avaliar um ser humano é sempre aproximar-se dele, nunca capturá-lo, que é precisamente o que Hoffmann (2014) chama de avaliação mediadora, aquela que acompanha o percurso em vez de decretar o ponto de chegada.

CONCEITOS E PRECONCEITOS

Seria desonesto, porém, não reconhecer o preço do conceito. Ele reúne sob o mesmo rótulo desempenhos distintos, dificulta comparações entre turmas e sistemas, e depende mais da subjetividade de quem avalia. Onde há mais subjetividade, há mais espaço para arbitrariedade, para simpatia e para preconceito.

Perrenoud é categórico ao lembrar que “avaliar é, cedo ou tarde, criar hierarquias de excelência” (PERRENOUD, 1999, p. 9), e acrescenta que toda avaliação define, em silêncio, um aluno modelo. E é aqui que a coisa fica delicada, porque a educação é a mais poderosa das políticas públicas justamente por ser ambivalente: ela nos entrega conceitos e, na mesma bandeja, nos entrega preconceitos. Freire já advertia que “ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 47), e avaliar tampouco é transferir sentença. O menino rotulado de insuficiente na quinta série carregava aquilo como quem carrega um apelido. Já vi vidas inteiras organizadas em torno de uma palavra escrita por um adulto cansado numa tarde de novembro.

O CENÁRIO MAIS AMPLO

Talvez valha perguntar se aquelas escolas, com toda a sua pobreza material, não enxergavam um cenário mais amplo do que as de hoje. Elas avaliavam o aproveitamento, mas também a assiduidade, o comportamento, o capricho do caderno, a postura diante dos colegas. O boletim tinha campos para coisas que não cabem em planilha. O professor conhecia a família, sabia de onde vinha cada aluno, sabia quem tinha ordenhado vaca antes de sair de casa. Não idealizo aquele tempo, que teve rigidez, castigo e injustiça de sobra. Mas havia ali uma compreensão de que o aluno era mais do que o seu desempenho, e essa compreensão a estatística educacional contemporânea, com todo o seu aparato, perdeu em algum lugar do caminho. Em outras oportunidades já sustentei que a família é célula amiga do corpo escolar, e que nenhuma escola avalia bem quem ela não conhece (LOTÉRIO, [s. d.]).

NÃO SOMOS SERES PETRIFICADOS

Porque nós não somos seres petrificados. Não somos quantificados por números, nem por datas, nem por épocas. Ninguém é a média que tirou, o ano em que nasceu, a idade que tem, o salário que recebe ou a posição que ocupa numa lista. Somos seres que nasceram para ser felizes e para ser eternos, e a eternidade não se expressa em decimais. O que sobra de uma vida não é a planilha, é o gesto, a palavra dita na hora certa, o professor que acreditou quando não havia razão estatística para acreditar. A memória guarda conceitos, não números, e talvez isso já seja a resposta.

A EMPRESA COMO SALA DE AULA

Transponha agora essa escala para o mundo do trabalho e observe o que acontece. Toda empresa que capacita sua equipe está fazendo exatamente aquilo que a escola fazia: formando pessoas para um ofício, desenvolvendo dons, talentos e habilidades, e depois avaliando o resultado. Um departamento é uma sala de aula que não admite ser chamada assim. O líder é o professor que não recebeu esse nome. E a avaliação de desempenho é o velho boletim vestido de planilha. Senge (2013) já havia percebido que a organização que aprende funciona segundo a lógica de uma comunidade educativa, e não segundo a lógica de um painel de indicadores.

O que muda é a linguagem. A empresa moderna diz 87% da meta, nota 4,2 no ciclo, terceiro quartil de produtividade. Mas quando o gestor fecha a porta da sala e fala com sinceridade sobre alguém da equipe, ele volta instintivamente ao conceito. Diz que o fulano é bom, que o serviço saiu regular, que aquele trabalho foi ótimo. A palavra reaparece porque ela diz o que o indicador não alcança. Ninguém descreve um colaborador de confiança com um percentual.

Vale então perguntar, em cada equipe, onde está de fato o trabalho que se entrega. O insuficiente é o serviço que precisa ser refeito, que não atende ao combinado, e que exige recuperação, não punição, porque a lei antiga já sabia que ao aproveitamento insuficiente corresponde o direito de recuperar-se (BRASIL, 1971, art. 14, § 2º). O regular é o mínimo que passa, o cumprido sem alma, o que não gera reclamação nem gera orgulho. O satisfatório é o que atende ao contratado e nada mais, honesto e esquecível. O bom é o trabalho de quem domina o ofício e o executa com constância, e é aqui que vive a imensa maioria das pessoas competentes deste mundo. O ótimo é raro por definição, e uma empresa que distribui ótimos com facilidade não está reconhecendo excelência, está apenas corrompendo a própria régua.

Há ainda uma armadilha que a escola de ontem conheceu e que a empresa de hoje repete. Assim como o menino rotulado de insuficiente carregava o apelido por anos, o colaborador classificado uma vez numa faixa baixa costuma ser lido para sempre por aquela lente. O conceito vira preconceito, e o preconceito impede justamente a mudança que a avaliação deveria provocar. Avaliar serve para abrir caminho, nunca para lacrar destino. Foi esse o sentido que procurei dar à motivação racional, que não é injeção de ânimo nem dose passageira de energia, mas construção consciente de sentido no trabalho e na vida (LOTÉRIO, [s. d.]).

O QUE A PALAVRA PERGUNTA E O NÚMERO ENCERRA

Insuficiente descrevia uma relação entre o aluno e aquilo que ele ainda precisava aprender, e por isso convidava à pergunta seguinte: insuficiente para quê. Uma nota 4,2 encerra o assunto,

porque número não pede continuação. Vale para a criança do ginásio e vale para o profissional de quarenta anos numa reunião de resultados. Uma geração inteira foi avaliada por palavras que ainda faziam perguntas. As que vieram depois passaram a ser avaliadas por números que já chegam com a resposta pronta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **A família como célula amiga do corpo escolar.** Artigos, papers e hipertextos. Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Motivação racional.** Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Reflexões motivacionais para educadores, gestores e pais.** Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Motivação na educação pós-pandemia, uma tarefa de gerações.** Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Pedagogia da alegria.** Disponível em: www.loterio.com.br.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina:** arte e prática da organização que aprende. 29. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

SOBRE O AUTOR

Aínor Francisco Lotério é professor, palestrante, engenheiro agrônomo, filósofo e teólogo. É mestre em gestão de políticas públicas e pós-graduado em metodologia do ensino superior, gerenciamento de marketing, psicopedagogia e extensão rural, além de um sem-número de cursos de extensão universitária. Atuou como professor em colégios e universidades e dedicou boa parte da carreira ao treinamento e à capacitação de equipes, em cooperativas, na gestão pública, junto a agricultores e também a crianças e jovens, transitando da pedagogia à andragogia. Atualmente desenvolve a Agrosófia, filosofia que integra o pensar agrônomo ao pensar filosófico.

Contato para palestras, cursos, rodas de conversa e outras participações
ainorfloterio@gmail.com | WhatsApp (47) 99967-5010 | www.loterio.com.br